

# **SEGURANÇA REGIONAL, COMUNIDADES EPISTÊMICAS E COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL: O CASO DAS ILHAS FALKLAND/MALVINAS EM PERSPECTIVA COMPARADA**

Beatriz Rodrigues Bessa Mattos  
Francisco Eduardo Lemos de Matos  
Kai Michael Kenkel

## **RESUMO**

---

O presente artigo busca contribuir com a literatura analítica de segurança internacional a partir de um viés construtivista, por meio da operacionalização do conceito de comunidades epistêmicas. O trabalho propõe-se a explorar o nexo entre tais comunidades - tendo em vista sua potencial influência na criação de expectativas de conduta e mudanças pacíficas nas relações entre Estados - e as abordagens de segurança regional. Após analisar os marcos teóricos em questão, o artigo empenha-se em apresentar brevemente o estudo de caso da Índia e do Paquistão, cujas hostilidades foram atenuadas a partir da atuação da comunidade epistêmica, voltada a solucionar desastres naturais provocados pelas cheias do Rio Indo. Finalmente, o artigo dedica-se a realizar uma análise aprofundada do caso das Falklands / Malvinas, demonstrando o papel de epistêmica e cooperação técnica

na criação de uma comunidade de segurança no Atlântico Sul.

**Palavras-chave:** comunidades de segurança; complexos regionais de segurança; comunidades epistêmicas; Ilhas Falkland/Malvinas

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca contribuir para a literatura analítica de segurança internacional sob um viés construtivista, a partir da operacionalização do conceito de comunidades epistêmicas, explorando seu nexos com as abordagens de segurança regional.

O artigo possui três seções. Na primeira parte, apresenta os elementos centrais da teoria de comunidades de segurança elaborada por Karl Deutsch e aperfeiçoada por Emanuel Adler e Michael Barnett, seguida da teoria dos complexos regionais de segurança, da autoria de Barry Buzan e Ole Wæver. A primeira seção se encerra com a apresentação do conceito de comunidade epistêmica e suas conexões com os fatores explicativos oferecidos pelos aportes teóricos supracitados.

A segunda seção fornece um breve exemplo de superação de hostilidades e isolamentos políticos, causados por contenciosos estratégicos, por meio da cooperação em áreas não-estratégicas. A partir da análise do caso verificado entre Índia e Paquistão, buscou-se evidenciar o papel das comunidades epistêmicas na criação de novas formas de interação entre ambas as nações, a partir do incentivo a adoção de políticas coordenadas, com vistas a solucionar problemas comuns.

Na seção final, é apresentado o caso das Ilhas Falkland/Malvinas e o quadro de segurança do Atlântico Sul. Demonstra-se que tanto antes quanto após o conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido em 1982, houve cooperação extensa entre as partes em áreas técnicas como pesca, recursos hídricos, e pesquisa oceanográfica. Ilustra-se, dessa forma, que a tática de isolamento das Ilhas pelos governos Kirchner tem por consequência o desfecho da intensidade da relação cotidiana entre a Argentina e as Ilhas, acarretando a diminuição dos valores tidos em comum, reerguendo um dilema de segurança e pondo em xeque a criação de uma zona de cooperação no âmbito do Atlântico Sul que inclui as Ilhas. Observa-se, em seu lugar, a criação de uma região de segurança entre as nações litorâneas da América do Sul, que parecem compartilhar

a percepção acerca da presença britânica no arquipélago como ameaça em comum.

## AS TEORIAS DE SEGURANÇA REGIONAL E AS COMUNIDADES EPISTÊMICAS

As teorias das comunidades de segurança e de complexos de segurança regional fundamentam-se na criação de valores e expectativas de conduta comuns como produto de interações regulares entre os atores, de modo a possibilitar a superação de relações hostis e do dilema de segurança. A presente seção explorará as ligações entre estas teorias e a abordagem das comunidades epistêmicas lançando luzes sobre sua contribuição para a superação de contenciosos estratégicos.

### COMUNIDADES DE SEGURANÇA

Ciente da incapacidade das teorias estratégicas dominantes em explicar a ausência de interesses conflitantes e o alto grau de cooperação entre os Estados do Atlântico após o fim da Segunda Guerra Mundial, Karl Deutsch lança, em 1949, a teoria das comunidades de segurança (DEUTSCH, 1961; DEUTSCH et al., 1961). Deutsch postula a criação de uma comunidade de valores a partir da promoção do desenvolvimento econômico e do estímulo a interações frequentes entre as populações dos Estados envolvidos, de forma a criar um esboço de uma identidade social comum, capaz de promover a paz e possibilitar a superação do dilema de segurança (ADLER; BARNETT, 1998.).

Em 1998, Emanuel Adler e Michael Barnett desenvolvem, com base inter alia na obra de Deutsch, uma abordagem atualizada das comunidades de segurança. Essas seriam caracterizadas pela existência de atores que não temem o uso da força uns contra os outros, tendo em vista relações de confiança mútua e a existência uma identidade comum na criação de expectativas compartilhadas sobre a possibilidade de mudanças pacíficas. (ADLER; BARNETT, 1998, p. 30)

Tais mudanças poderiam decorrer da existência de interesses comuns, conforme ressaltado pelas teorias racionalistas como o neorealismo e o neoliberalismo, ou de identidades coletivas, conforme previstas pelas abordagens sociológicas e interpretativas. Os autores afirmam, todavia, que, apesar de ambas as perspectivas serem capazes de prever a preponderância

de formas de coexistência pacífica, derivadas da existência de interesses imediatos, somente a abordagem interpretativa mostra-se apta a analisar a transformação das identidades e dos interesses, tendo em vista a dinâmica das interações adotadas pelos atores (ADLER; BARNETT, 1998, p. 34). Dessa forma, o enfoque é o surgimento de normas em comum:

Some states are revising the concept of power to include the ability of a community to defend its *values and expectations* of proper behaviour against an external threat and to attract new states with ideas that convey a sense of national security and material progress (ADLER; BARNETT, 1998, p. 4, grifo nosso).

Adler e Barnett analisam a formação das comunidades de segurança a partir de três pilares distintos, porém, interconectados:

1) fatores endógenos ou exógenos que possibilitam a aproximação entre as unidades, podendo ser uma ameaça externa comum, desenvolvimento tecnológico, novas interpretações da realidade social ou transformações de origem econômica, social ou demográfica capazes de induzir os atores a criarem políticas coordenadas e, conseqüentemente, um contexto propício a interações mais frequentes; 2) modificação na forma como os autores se identificam e interagem, por meio de categorias estruturais, definidas em termos de poder e conhecimento, e de processos como aprendizado social, transações e organizações internacionais e, finalmente, 3) as condições necessárias para a expectativa de mudanças pacíficas, definidas como a criação de confiança mútua e de uma identidade coletiva (ADLER; BARNETT, 1998, p. 38-48).

As interações sociais frequentes constituem-se como elemento fundamental no processo de construção de uma identidade compartilhada. Por meio da comunicação, entendido como o fator motriz das relações, tais identificações são construídas mutuamente e originam a possibilidade de compartilhamento de valores e normas (ADLER; BARNETT, 1998). “Communication alone enables a group to think together, to see together, and to act together” (ADLER; BARNETT, 1998, p. 7). Tais relações sociais são percebidas nas mais variadas formas em áreas como comércio, esporte, turismo, migração e educação, por exemplo (ADLER; BARNETT, 1998). Essas possibilidades de cooperação, que se dão em nível do indivíduo, seja ele parte da elite ou não, modificam as relações dos Estados em certa

medida, acarretando um novo tipo de compreensão entre os entes políticos, possibilitando, por conseguinte, o compartilhamento de valores e normas.

## COMPLEXOS DE SEGURANÇA

O conceito de complexos de segurança foi introduzido por Barry Buzan em 1983, sendo reformulada junto com Ole Wæver em 2003 com vistas a possibilitar um enfoque menos estadocêntrico (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 44). A partir de então, os complexos regionais de segurança passaram a ser definidos como “a set of units whose major processes of securitization, desecuritization, or both, are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p. 201)”.

Ressalta-se que a Escola de Copenhague acaba por produzir uma transformação significativa nos estudos da segurança, tendo em vista o domínio de paradigmas positivistas nesse campo de saber. Ao introduzirem o conceito de securitização, os autores indicam que as ameaças não se configuram como uma realidade objetiva, mas como produto de construções sociais. A segurança é compreendida, por conseguinte, como uma forma potencializada de politização, desencadeada a partir de uma competição semântica, em que representantes de setores políticos diversos empenham-se na luta para conferir a questões distintas o *status* de ameaça e, logo, tratamento diferenciado em relação às questões ordinárias de agenda política.

A despeito das evidentes raízes construtivistas da Escola de Copenhague, a Teoria dos Complexos de Segurança Regionais, conforme delineada por Buzan e Wæver, contempla, também, pressupostos neorrealistas à medida que analisa tais complexos como produto da estrutura anárquica, das consequências inerentes à formação das balanças de poder, assim como da proximidade geográfica. Observa-se, contudo, que, em contraste com a abordagem estruturalista inaugurada por Waltz, Buzan e Wæver, destacam que, apesar de relevantes, os aspectos materiais são insuficientes para determinar o teor das relações adotadas pelas unidades (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 53).

A estrutura dos complexos de segurança regionais seria composta, portanto, por quatro variáveis distintas: as fronteiras que delimitam as diferentes regiões, a estrutura anárquica que permite que as regiões sejam compostas de, ao menos, duas unidades autônomas; a noção de polaridade

como consequência da distribuição de poder entre as unidades e, finalmente, as construções sociais, que implicam na criação de relações cooperativas ou conflituosas entre as unidades (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 53).

Seria justamente a quarta variável a responsável por conferir à teoria dos complexos de segurança regionais uma noção de subjetividade que acaba por apartá-la dos paradigmas meramente materialistas. Buzan e Wæver defendem, portanto, que o desenvolvimento das comunidades de segurança envolve, necessariamente, uma dimensão interpretativa de forma a possibilitar que os atores deixem de considerar uns aos outros como ameaças (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 53, 55).

Tendo em vista o elemento subjetivo presente nas análises sobre comunidades de segurança, buscar-se-á demonstrar o papel das comunidades epistêmicas em modificar o teor das relações entre os atores, de modo a produzir novos entendimentos compartilhados, identidades e interesses, e de moldar a agenda de segurança.

## AS COMUNIDADES EPISTÊMICAS

A abordagem conceitual das comunidades epistêmicas foi desenvolvida, em um primeiro momento, por Peter Haas, contando, posteriormente, com a colaboração de Emanuel Adler. A comunidade epistêmica define-se como uma rede de profissionais com experiência e competência em determinada área, que dispõem de reconhecida autoridade em função da relevância do conhecimento produzido. Esses profissionais compartilham de princípios normativos, de modelos causais, de critérios intersubjetivos de validação e de projetos políticos comuns. (HAAS, 1992, p. 3)

Haas reconhece o papel das comunidades epistêmicas na identificação dos interesses estatais, ressaltando a sua posição privilegiada na criação de políticas específicas, que visem endereçar determinados problemas: “[...] epistemic communities - play in articulating the cause-and-effect relationships of complex problems, helping states identify their interests, framing the issues for collective debate, proposing specific policies, and identifying salient points for negotiation”. (HAAS, 1992, p. 2).

Tal compreensão o permite inferir a possibilidade de criação de uma comunidade entre Estados a partir do controle do conhecimento, tendo em vista a relação entre conhecimento e poder. Desta forma, se é a comunidade epistêmica que detém o conhecimento e a informação sobre um determinado

objeto, será esse o sujeito capaz de identificar se existe um problema a ser analisado e, assim, de propor soluções para este objeto específico. A possibilidade de difundir tal conhecimento pode, em última instância, modificar o comportamento dos Estados frente a uma matéria e, então, influenciá-los a tomar certas medidas políticas no âmbito internacional (HAAS, 1992).

O conhecimento, dentro desta perspectiva, legitima o ator – comunidade epistêmica – por definição.

Seria o reconhecimento mútuo entre profissionais de uma certa área temática que permitiria a criação de autoridade sobre determinado assunto.

Por meio do reconhecimento de tal autoridade que as comunidades epistêmicas mostrar-se-iam capazes de prover e difundir conhecimento. Revela-se, assim, a origem construtivista de tal abordagem: o que de fato constitui os membros da comunidade epistêmica é o fato de compartilharem os mesmos entendimentos intersubjetivos, as mesmas maneiras de acessarem o conhecimento, de compartilharem certos padrões comuns de razão, valores e crenças, ao passo que usam os mesmos tipos de práticas de discursos (HAAS, 1992).

As comunidades epistêmicas, dessa forma, têm a prerrogativa de, por meio da autoridade sobre o conhecimento, informar aos tomadores de decisões dos Estados sobre certos tipos de temas problemáticos e as melhores práticas. Essa rede de informação, construída para atender os tomadores de decisão, cria a possibilidade de influenciar outros atores por meio da difusão de tais informações (HAAS, 1992). A comunidade epistêmica, nesse sentido, serve para legitimar, e assim se torna um instrumento de, influência de comportamento dos Estados, objetivando, em última instância, a possibilidade de cooperação entre os Estados sobre um determinado tema-problema. A coordenação política internacional surge neste momento.

Tendo em vista o entendimento acerca da segurança como uma prática socialmente construída, Buzan e Waever consideram a atuação das comunidades epistêmicas determinante no processo de formulação da agenda de segurança (BUZAN, WAEVER, p. 86).

Ressalta-se que, da mesma forma que a abordagem da Escola de Copenhagen reconhece a relevância das comunidades epistêmicas no processo de definição das agendas e, conseqüentemente, na construção de complexos de segurança regional, a teoria das comunidades de segurança também se mostra altamente influenciada por esse ator. As comunidades epistêmicas

mostram-se aptas a formular novas interpretações e representações da realidade social e detêm posições privilegiadas no processo de construção de ameaças, além de mostrarem-se capazes de criar significações e práticas compartilhadas, de modo a fortalecer os vínculos entre as unidades e modificar as formas de interação (HAAS, 1992).

Ressalta-se, logo, que a teoria das comunidades de segurança se mostra altamente correlacionada com os fatores que embasam a abordagem das comunidades epistêmicas no processo de definição das agendas e, conseqüentemente, na construção de complexos de segurança regional.

## COOPERAÇÃO EPISTÊMICA EM CASOS DE CONTENCIOSOS ESTRATÉGICOS

Há inúmeros exemplos de cooperação entre Estados que se encontram em litígio internacional ativo, inclusive conflito armado. Nesta seção será realizada um estudo comparativo entre a estabilização de um ambiente de cooperação, a partir de uma comunidade epistêmica, no caso da Índia/Paquistão enquanto na próxima seção será analisado o caso do contencioso que envolve as Ilhas Malvinas. A partir dos conceitos previamente apresentados, será destacado como as políticas de cooperação, incentivadas pelas comunidades epistêmicas, mostram-se capazes de modificar o padrão de interação entre as partes, de evidenciar interesses e valores comuns de forma a exercer um efeito estabilizador sobre contenciosos previamente existentes.

### ÍNDIA E PAQUISTÃO

Ao apontar que Índia e Paquistão estão em uma posição única para se beneficiar de futuros acordos sobre os recursos hídricos e a gestão de desastres naturais na Caxemira, que poderiam vir a amenizar as tensões naquela província, Sadika Hameed pode ser lida dentro da teoria de comunidades de segurança (HAMEED, 2012; HAMEED; HALTERMAN, 2014, p. 6). A possível coordenação política entre estes Estados para tratar de tais questões elevaria a interação entre as partes, criando, não apenas, um conjunto de normas e regras, mas possibilitando, ainda, a identificação de valores e objetivos comuns, mesmo que esses refiram-se estritamente à área contemplada pela cooperação. Esses valores podem ser deslocados da esfera dos recursos hídricos para outras esferas e, em última instância,



podem vir a modificar o comportamento de ambos os Estados, um frente ao outro.

Hameed (2012) aponta que as iniciativas unilaterais, adotadas pelos Estados, contribuem para elevar as tensões na região. A frequente violação do *Indus Water Treaty*, assinado em 1960 para gerenciamento do rio fronteiroço Indo, em um contexto de escassez hídricas e períodos de enchentes, agravaram significativamente o quadro. Não obstante, na sombra do contencioso estratégico, a cooperação passa a ser relegada a segundo plano.

Segundo o Stimson Center (RAVISHANKAR, 2015) a falta de coordenação política entre os Estados foi responsável por perda de inúmeras vidas humanas. Por terem construído identidades que se distanciam, os movimentos dos governos na região das enchentes eram vistos como movimentos que produziam inseguranças de ambos os lados da fronteira. A falta de normas e regras ocasionava a impossibilidade de, por exemplo, helicópteros de um dos dois países chegarem a certas regiões para resgatar a população, uma vez que o outro entendia que esse tipo de ação poderia ter outras funções subscritas. Um dos principais obstáculos à cooperação seria a culpabilidade que o Paquistão afere à Índia na casualidade das catástrofes naturais por meio da manipulação de fluxos de água durante a estação das monções. O assunto chegou, inclusive, aos tribunais internacionais de arbitragem quando da construção de barragens no rio Indo por parte da Índia, que conforme alegação do Paquistão, reduziriam o fluxo de água.

A partir desse momento, pode-se identificar o papel das comunidades epistêmicas. Iniciativas como a do Atlantic Council, que visa promover o diálogo entre as partes por meio de relatórios técnicos e subsídios de peritos, mostram-se de grande valia para influenciar os tomadores de decisão; para que, em última instância, a coordenação política possa ser instalada, e uma gama de normas e regras possam ser estabelecidas, de forma a possibilitar a criação de um novo tipo de interação entre as partes. Segundo o próprio Atlantic Council, a cooperação nessa temática parte de uma iniciativa das comunidades epistêmicas:

[...] this project seeks to explore water sharing cooperation efforts between India and Pakistan, and surrounding countries, by bringing together key experts, policymakers, and other stakeholders to discuss current water-related challenges and opportunities for cooperation, in addition

to incorporating food security and energy issues. It aims to provide policymakers in the region with clear and practicable recommendations on how the various water issues within South Asia can be addressed...<sup>1</sup>

Assim como o Atlantic Council, o Stimson Center, a partir de artigo de Siddharth Ravishankar, entende que

Information sharing, however limited, could improve the efficiency of relief efforts. More cooperation on regulating water flows during flooding could help dampen tensions over the distribution of Indus River water for agricultural and industrial use. These efforts could help improve humanitarian assistance in Kashmir and wherever flood waters pose threat. (RAVISHANKAR, 2015).

Ambos os centros assumem que a cooperação a partir de comunidades epistêmicas contribui para a redução da tensão entre Índia e Paquistão. O comum interesse, de ambos os países, em minimizar o flagelo populacional cria a possibilidade de criação de políticas cooperativas, de forma a possibilitar mudanças de entendimento compartilhado acerca da questão da Caxemira, como corrobora, Ravishankar: “Cooperative disaster relief efforts could help thaw India-Pakistan relations” (RAVISHANKAR, 2015).

Traçando um paralelo, Neda Zawahri, sustenta que, em certa medida, Índia e Paquistão vêm mantendo, nos últimos 40 anos, uma cooperação ativa, uma vez que tratam a gestão do sistema do rio Indo de forma interdependente. O *Indus Water Treaty* é entendido como um dispositivo capaz de tratar as controvérsias sem que o conflito seja levado a instâncias belicosas, já que a disponibilidade de ambos os Estados em sentarem à mesa de negociação já configura certo grau de cooperação. (ZAWAHRI, 2009).

Tal disponibilidade possibilitou que reuniões regulares e procedimentos operacionais fossem viabilizados. Tal canal de comunicação permitiu, como Zawahri afirma, aliviar o medo de engano e confirmar a veracidade dos dados trocados (ZAWAHRI, 2009).

<sup>1</sup> Veja a informação disponível no projeto “India-Pakistan Track II Water Dialogue”, em: <http://www.atlanticcouncil.org/programs/south-asia-center/india-pakistan-track-ii-water-dialogue>.

Essa constatação confirma os efeitos que as comunidades epistêmicas podem criar: se esse canal for fortalecido com informações e conhecimento, os tomadores de decisão poderão estabelecer normas e práticas recorrentes, criando bases para a criação, em última instância, de uma identidade compartilhada entre Índia e Paquistão. Observa-se, por conseguinte, que a percepção de uma ameaça em comum à Índia e ao Paquistão pode tornar-se o ponto de partida para que os Estados criem novas formas de interação, de modo a reduzir o atrito entre as partes.

## AS FALKLANDS/MALVINAS E AS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO DO SUL

O intuito da presente seção não é prover um histórico detalhado do contencioso sobre a soberania do dito arquipélago; os autores não se exprimem sobre a legitimidade de qualquer posição oficial sobre o assunto. Trata-se de aplicar ao caso do quadro político e estratégico atual das Ilhas a teoria das comunidades epistêmicas, com o auxílio de conceitos fornecidos pelas abordagens de segurança regional, para avaliar seu impacto sobre uma eventual mudança do quadro estratégico da região do Atlântico Sul.

As Ilhas formam a base de um contencioso entre o Reino Unido e Espanha/Argentina desde 1833; atualmente constituem um território ultramarino sob controle britânico; a soberania territorial da Argentina sobre as Ilhas constitui cláusula pétrea da constituição do país. O mais recente fato determinante no contencioso é a invasão argentina fracassada de 1982 e o subsequente significativo aumento da presença militar e econômico de Londres nas Ilhas.

A Guerra das Falklands/Malvinas ocorre em meio a um contexto histórico de ditadura militar argentina e marca a tentativa de recuperação da legitimidade política do governo frente à crise econômica e social que abalava o país (CAPLAN; EISSA, 2014, p. 6). A derrota argentina no conflito das Falklands/Malvinas contribuiu para o fim do regime autoritário no país, em 1983, inaugurando uma nova fase política, mediante a retomada da democracia. Tal transformação possibilitou a adoção de um posicionamento menos hostil em relação ao Reino Unido, em especial, a partir do governo de Carlos Menem (1989-1999), quando passou-se a adotar um novo modelo de política externa, voltado a recuperação da confiança internacional por meio da adoção do corolário neoliberal.

Abandonou-se, assim, o paradigma do Estado desenvolvimentista, inspirado nos ideais cepalinos, que marcou as décadas anteriores, para ceder lugar à estratégia de alinhamento com as grandes potências, paradigma este batizado por seus formuladores argentinos como *Estado normal* (CERVO, 2000, p. 6).

Tal estratégia apartava-se, logo, da política isolacionista adotada por Raul Alfonsín, mostrando-se mais alinhada com os interesses dos Estados Unidos e dos mecanismos de financiamento internacional (BERNAL-MEZA, 2002, p. 74).

De acordo com Cervo e Bernal-Meza, a mudança na política externa argentina foi possibilitada pela ação de um grupo de intelectuais e diplomatas, a quem Cervo atribui o título de comunidade epistêmica, tendo em vista o conceito formulado por Peter Haas (1992). Tal mudança de paradigma seria guiada, portanto, por um processo interpretativo das comunidades epistêmicas que, uma vez selecionadas pelas estruturas e processos políticos nacionais, são capazes de gerar novas expectativas e interesses no âmbito dos Estados (ADLER; HAAS, 1992, p. 371).

No mais, a redemocratização, verificada nos Estados da América do Sul na fase final da Guerra Fria, possibilitou não somente uma mudança de interações entre os países sul americanos e as potências hegemônicas como, ainda, uma transformação nas dinâmicas internas da região. Tendo em vista a noção de fatores endógenos e exógenos, conforme apresentados por Adler e Barnett (1998), a aproximação notada entre os Estados da América do Sul pode ser apontada como decorrente do fim do conflito bipolar e, conseqüentemente, do aprofundamento do processo de globalização e de liberalização econômica.

## APROXIMAÇÃO E COOPERAÇÃO

Mencionado processo gerou novas interpretações das elites acerca da realidade internacional que, ao ressaltarem a existência de objetivos comuns, compeliram os Estados a cooperar. Buzan e Waeber assinalam, no mesmo sentido, que a redemocratização favoreceu a aproximação entre os atores na América do Sul, à medida que possibilitou a redução da influência militar nas políticas estatais, abrindo espaço para a construção de relações mais cooperativas (BUZAN; WÆVER, 2003). Tais fatores endógenos e exógenos, com destaque para o papel das comunidades epistêmicas na identificação de interesses comuns, podem ser vistos como

elementos essenciais na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991.

Durante a administração de Menem, a Argentina se privou de defender a questão das Falklands/Malvinas nos foros multilaterais da Organização das Nações Unidas (ONU) e reestabeleceu as relações diplomáticas com o Reino Unido, com quem acordou adotar a política, denominada como *sovereignty umbrella*, em relação ao arquipélago (BERNAL-MEZA, 2002).

Tal fórmula de soberania, estabelecida por intermédio da Declaração Argentino-Britânica sobre as Falklands/Malvinas, ou Acordo de Madri, resume-se à proteção do posicionamento das partes no que concerne à soberania das Ilhas, de forma que, nenhuma atividade possibilitada por meio do acordo poderia ser vista como tentativa de corroborar o posicionamento das partes em relação ao contencioso (Declaração Argentino-britânica sobre as Malvinas, 1989; PALERMO, 2012). O Acordo de Madri não negava, portanto, a existência de um dissenso entre o Reino Unido e a Argentina, mas garantia que tal disputa não se constituísse como um impedimento para a criação de medidas cooperativas entre as duas nações, além de reafirmar o compromisso das partes para com os princípios da Carta das Nações Unidas, sobretudo, no que diz respeito à solução de controvérsias por meios pacíficos e abstenção do uso da força. (Declaração Argentino-britânica sobre as Falklands Malvinas, 1989).

O Acordo de Madri sinalizou, também, a retomada das relações comerciais e financeiras entre as duas nações, ao suspender as práticas comerciais restritivas, que permaneciam operantes desde 1982. A declaração antecipava, outrossim, a criação de grupos de trabalho com vistas a fomentar a cooperação tanto no setor pesqueiro, que se constitui como uma das principais fontes econômicas do arquipélago, quanto na área militar. Ao que concerne o primeiro setor, o objetivo era possibilitar a abertura de um canal de comunicação com vistas a promover a transferência de informação e o estabelecimento de iniciativas de conservação dos recursos pesqueiros; já no que tange à cooperação na área militar, a meta seria a construção de uma relação de confiança mútua, por intermédio de um Sistema de Comunicação Direta, a partir do qual as partes fariam notificações acerca dos propósitos das manobras militares realizadas nas proximidades das ilhas (Declaração Argentino-britânica sobre as Malvinas, 1989).

Destaca-se que a atuação do grupo de trabalho voltado ao setor pesqueiro possibilitou a inauguração, no ano seguinte, da *South Atlantic Fishery Commission*, abarcando não apenas a Argentina e o Reino Unido, como também o governo administrativo das Ilhas (1990-2005). Tendo em vista a centralidade desse setor para a economia do arquipélago, tal iniciativa revelou-se de suma relevância, à medida que possibilitou o compartilhamento de dados sobre a pesca, a realização de pesquisas científicas conjuntas e a criação de políticas coordenadas de conservação, de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros<sup>2</sup>.

Ressalta-se que, desde 1986, o governo britânico já havia estabelecido um sistema de jurisdição pesqueira na região, denominado *Falkland Islands Conservation and Management Zone* (FICZ), o que permitiu a emissão e venda de licenças de pesca para navios estrangeiros.<sup>3</sup>

Observa-se que nova leitura acerca da realidade social que envolve a Argentina e o Reino Unido e, obviamente, as Ilhas, conforme promovida pelas comunidades epistêmicas argentinas, abriu espaço para interações iniciais entre as partes na forma de grupos de trabalho. Por meio da intensificação dessas interações foi possível estabelecer uma mudança nas relações entre os atores, por intermédio da institucionalização da cooperação e de processos de aprendizado social, em que as práticas já adotadas pelo Reino Unido e pela administração das ilhas foram transmitidas à Argentina.

Outro exemplo de aprendizado social e transferência de práticas, identificado durante a administração de Menem, configura-se como a *South West Atlantic Hydrocarbons Commission*. Voltada à promoção da cooperação na área de exploração de hidrocarbonetos, essa Comissão Conjunta, previa a criação de *joint ventures* entre as empresas de ambas as partes, além do incentivo a projetos de exploração conjuntos (DECLARACION CONJUNTA, 1995).

Além das iniciativas de cooperação, durante a administração Menem, a Argentina adotou a estratégia que ficou conhecida como “política de sedução” (BERNAL-MEZA, 2002). Liderada pelo Ministro das Relações Exteriores argentino, Guido Di Tella, a estratégia consistia em uma tentativa de aproximação entre a Argentina e a população das Ilhas, por meio de debates de rádio (BERNAL-MEZA, 2002, p. 79).

Nota-se que a tentativa de estabelecer relações amigáveis e, até mesmo, criar uma identidade comum entre os argentinos e a população das

---

<sup>2</sup> FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT, “Fisheries”.

<sup>3</sup> Joint Statement of 28 November 1990.

ilhas caracteriza-se como uma estratégia de suma relevância, tendo em vista o papel dos interesses dos ilhenses que, até então, mantêm-se favoráveis à manutenção do *status* das Falklands como um território ultramarino britânico, nas negociações acerca da soberania do arquipélago. No último ano do mandato de Menem, a população das Ilhas viu-se frente à ameaça de isolamento, haja vista a decisão do governo chileno de suspender a rota aérea que ligava as Ilhas ao continente sul-americano. A suspensão dos voos seria uma manobra de retaliação à prisão do General Augusto Pinochet, então presidente chileno, em Londres, em 1998 sob acusação de violações de direitos humanos (DODDS; MANÓVIL, 2001, p. 794).

Tal episódio é apontado por autores como Dodds e Manóvil (DODDS; MANÓVIL, 2001). como catalizador de uma nova Declaração Conjunta, assinada em 1999 pela Argentina e pelo Reino Unido, que se encontrava sob forte pressão do governo administrativo das Ilhas Falklands. A declaração versava, principalmente, sobre a cooperação na área de transporte aéreo e pesqueira, sobre o acesso de cidadãos argentinos ao arquipélago e sobre a possibilidade de criação de medidas conjuntas com vistas a promover a limpeza das minas terrestres remanescentes do conflito militar (AGREEMENT... , 1999).

Graças às pressões exercidas pela Argentina, os voos a partir de Punta Arenas no Chile foram reestabelecidos, mediante a condição de realizarem escalas mensais na cidade argentina de Rio Gallegos, retomando o contato direto que havia entre o país e o arquipélago antes do conflito (DODDS; MANÓVIL, 2001, p. 796). Tal medida pode ser compreendida como mais uma tentativa do governo argentino de criar espaços de interação, capazes de fomentar laços identitários entre os argentinos e os *kelpers*, com o escopo de reforçar a sua causa quanto à soberania das ilhas.

## CONGELAMENTO DA COOPERAÇÃO

A despeito da notável aproximação verificada entre a Argentina e o Reino Unido, a administração de Fernando De La Rúa (1999-2001) adotou uma estratégia menos flexível do que a de seu sucessor. A partir de 1999, a Argentina voltou a requerer a soberania das ilhas durante as reuniões da AG da ONU. De La Rúa compreendia a política de sedução como uma estratégia ineficiente no que concerne o controle das Ilhas, ademais, os foros multilaterais eram considerados espaços estratégicos para que a Argentina defendesse a sua causa (BERNAL-MEZA, 2002, p. 79).

Tal entendimento possuía como base, as próprias declarações aprovadas pela AG, como a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais de 1960, que realça a necessidade de findar todas as manifestações da prática colonial, por meio da preservação dos princípios de autodeterminação e integridade territorial (CAPLAN; EISSA, 2014).

A Resolução 2065 da Assembleia Geral, aprovada em dezembro de 1965, configura-se como um documento ainda mais específico no que concerne à disputa entre a Argentina e o Reino Unido, ao atestar que as Falklands/Malvinas constituem-se como um exemplo de prática colonial britânica e ao convidar ambas as partes a perseguir uma solução pacífica, em consonância com a Declaração sobre a Concessão da independência aos Países e Povos Coloniais e com os interesses da população do arquipélago (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1965).

A modificação na estratégia argentina em relação às Falklands/Malvinas evidenciava-se por meio dos discursos dos representantes diplomáticos argentinos como do Ministro das Relações Exteriores Adalberto Giavarini que retomou a retórica soberanista no que concerne ao arquipélago, chegando a afirmar que os acordos de cooperação firmados com o Reino Unido no que concerne à exploração de recursos petrolíferos, à pesca e às comunicações teriam caráter meramente provisório (DODDS; MANÓVIL, 2001, p. 803). Salienta-se, todavia, que, a despeito da adoção de uma estratégia mais agressiva, orientada por fatores endógenos, e das ameaças de romper com as iniciativas setoriais, durante o breve governo de De la Rúa, os acordos de cooperação foram preservados, apesar das transformações na forma de interação entre os Estados.

## A ERA KIRCHNER

Se ao longo dos anos 1990, as relações entre Argentina e Reino Unido indicavam a superação das hostilidades, graças à política operacionalizada por Menem e, em especial, por seu Ministro de Relações Exteriores Guido de Tella, o início da era Kirchner (2003-2015) marcou uma reviravolta no *status* das relações bilaterais, quando a disputa pelo arquipélago voltou a ocupar posição de destaque na política externa do país. Durante esse período, a Argentina rompeu com as iniciativas de cooperação bilateral direcionadas às Ilhas, de modo a exercer pressão para que as negociações sobre a soberania do arquipélago fossem retomadas.



Em 2003, o governo Kirchner negou a permissão para que os voos entre o Chile e as Ilhas cruzassem o espaço aéreo argentino e, em um de seus gestos mais simbólicos, suspendeu a Declaração Conjunta de 1999, decretando o fim da *South Atlantic Fishery Commission*, e de outras iniciativas conjuntas ligadas ao turismo e ao combate às minas terrestres (DODDS, 2012, p. 684-685).

A Argentina também anunciou que as empresas petrolíferas que estivessem envolvidas na exploração de hidrocarbonetos na região, vista pelo governo argentino como uma atividade ilegal, estariam sujeitas a processo judicial, assim como impossibilitadas de estabelecer negócios no território argentino (DODDS, 2012, p. 689). As importações britânicas para a Argentina estariam igualmente ameaçadas já que, em 2012, o Estado passou a estimular a substituição das importações de bens e serviços britânicos, o que resultou na reação por parte da Comissão Europeia que afirmou que a prática adotada pela Argentina vai de encontro às regras de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) (DODDS, 2012, p. 690).

Acredita-se que a transformação abrupta notada na política externa argentina seja informada por uma mudança de interpretação por parte do governo acerca das estruturas de cooperação, criadas a partir das interações entre a nação e o arquipélago. Se durante os anos 1990 predominava a noção de ganhos conjuntos oriundos do estabelecimento de relações cooperativas, os governos Kirchner parecem ter adotado a percepção diferenciada de que a manutenção das iniciativas cooperativas se configura como um obstáculo à meta argentina de estabelecer sua soberania sobre o arquipélago. A política externa argentina passou a ser informada, logo, pela percepção de que uma mudança radical nas interações entre as partes poderia ser mais proveitosa, já que poderia pressionar o Reino Unido a reestabelecer as negociações sobre a soberania das ilhas.

Durante a administração Kirchner, a Argentina vem tentando angariar apoio regional e internacional para a sua causa, em especial, durante os foros multilaterais. Tal estratégia já fez com que se conseguisse declarações oficiais de apoio, tanto do Mercosul, quanto da Secretaria Geral da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em nome de seus doze membros. Por intermédio da Declaração Oficial dos Presidentes dos Estados Parte do MERCOSUL e Estados Associados Sobre as Malvinas [sic], os signatários destacam a resolução da disputa entre a Argentina e o Reino Unido em torno das Ilhas Malvinas [sic], Geórgia do Sul e Sandwich do Sul caracteriza-se como interesse regional (MERCOSUL, 2010). A Declaração ainda prevê a proibição

do ingresso de navios de bandeira “ilegal” malvinense em seus portos, adotando, assim, uma postura de incontestável apoio à Argentina que, no mesmo ano, passou a impedir o trânsito de navios que estivessem indo ou voltando das Malvinas/Falklands em seu mar territorial.

Observa-se que a estratégia adotada pela Argentina em relação aos países da América do Sul constitui-se como uma tentativa de enfatizar a existência de uma identidade comum sul-americana, reforçando relações excludentes por meio da sobreposição das ideais antagônicas de “nós *versus* outros”. Infere-se que, o posicionamento adotado pelos Estados sul-americanos sinaliza a existência de ideias, valores e interesses comuns que facilitam a construção de identidades coletivas e de uma relação de segurança mútua, conforme previsto por Adler e Barnett (ADLER; BARNETT, 1998).

Por outro lado, em resposta às práticas hostis, adotadas nos últimos anos pela Argentina, o Reino Unido tem realizado exercícios militares no entorno do arquipélago e vem pressionando o Comitê de Descolonização da ONU com vistas a garantir a retirada do apoio da organização à causa argentina (PECEQUILO; CARMO, 2015, p. 116). Percebe-se, conquanto, uma mudança radical nas interações entre a Argentina e o Reino Unido, de modo a possibilitar a construção de relações conflituosas e não mais cooperativas entre as unidades, como resultado do entendimento intersubjetivo do Reino Unido como um inimigo.

Outro efeito da mudança de interação entre os Estados seria a aproximação das Falklands e do Reino Unido, por meio do reforço de políticas de cooperação. Destacam-se entre as iniciativas, concretizadas após o fim dos acordos com a Argentina, a criação do *South Atlantic Environmental Research Institute*, com vistas a estimular as pesquisas ambientais e o compartilhamento de informações e conhecimento entre as Falklands [sic], a Georgia do Sul e os territórios britânicos ultramarinos (SAERI, 2015), a criação do projeto *Territorial Strategies for Innovation*, com o escopo de contribuir para o desenvolvimento sustentável, priorizando políticas de inovação, competitividade e crescimento verde, financiadas pela Comissão Europeia<sup>4</sup>. Observa-se, ainda, que o fim da cooperação entre o Reino Unido e a Argentina no setor de hidrocarbonetos e de pesca, propiciou o lançamento de mais duas iniciativas setoriais: o *South Atlantic Registry of Oil Suppliers*, que visa facilitar o contato com companhias de exploração de petróleo<sup>5</sup> e do

---

<sup>4</sup> FIDC, “Innovation Strategy”.

<sup>5</sup> FIDC, “Oil and Gas Scheme”.

*Aquaculture Project*, voltado à manutenção da sustentabilidade dos recursos pesqueiros da região por meio da cooperação técnica com a União Europeia.

Tendo em vista, os recursos oferecidos pela Teoria das Comunidades de Segurança, o afastamento da Argentina pode ter resultado, não apenas, do fim das interações entre a Argentina e as Ilhas, constituindo-se, ainda, como um fator exógeno que possibilitou a criação de padrões interativos mais frequentes entre o arquipélago e a comunidade europeia, no sentido de favorecer a criação de laços identitários. Considerando a necessidade de se solucionar as disputas pela soberania do arquipélago com base no princípio de autodeterminação, as políticas de distanciamento adotadas pelos governos Kirchner podem ser vistas como uma estratégia infrutífera.

## A AMÉRICA DO SUL COMO UMA COMUNIDADE DE SEGURANÇA

Tendo em vista a definição criada por Buzan e Wæver (2003), a América do Sul caracteriza-se como um complexo de segurança regional em que predominam dois subcomplexos: o Cone Sul e a região andina, tendo o Brasil, como potência regional, a capacidade de manter a coesão da região.

Os autores ressaltam que, no Cone Sul, o antigo pensamento geopolítico vem sendo substituído por ameaças não militares, principalmente, de natureza econômica. Buzan e Wæver, todavia, não deixam de salientar a premência de se garantir a autonomia da região perante ao intervencionismo das grandes potências, que se manifesta tanto por meio de uma política de segurança hemisférica definida pelos EUA, como pela presença britânica nas Falklands (FUCILLE, 2014 p. 13).

Tal percepção parece ter se configurado como um fator endógeno capaz de compelir os Estados sul-americanos a criarem políticas coordenadas nas áreas de defesa e estratégia, de modo a possibilitar a criação do Conselho de Defesa Sul-americano no âmbito da UNASUL. O objetivo primordial da UNASUL seria justamente promover a interação entre os dois processos de integração distintos, verificados no Cone Sul e na Comunidade Andina. Tendo em vista o aporte teórico fornecido por Adler e Barnett—que defendem que a criação de confiança mútua e de uma identidade comum permite o florescimento de expectativas compartilhadas de mudança pacífica - destaca-se que um dos objetivos específicos da UNASUL, caracteriza-se, justamente, como a consolidação de uma identidade sul-americana. Infere-se, portanto, que a América do Sul vem passando por um processo de transformações endógenas que possibilita o fortalecimento da cooperação, sinalizando,

assim, a possível existência de um complexo de segurança regional, tendo em vista as práticas compartilhadas entre os Estados sul-americanos e a existência de uma estrutura que media as suas interações, permitindo a dessecuritização entre seus membros (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 51-55). Logo, a UNASUL pode ser analisada como uma estrutura de governança, cujos atores compartilham de objetivos e significações intersubjetivas comuns, possibilitando a disseminação de práticas de resolução pacífica de controvérsias (ADLER; BARNETT, 1998, p. 35).

## CONCLUSÕES

A partir da operacionalização de conceitos fornecidos pela abordagem teórica das comunidades epistêmicas, foi possível destacar como as formas de interação adotadas, tanto por Índia e Paquistão, quanto pela Argentina em relação às Falklands e a GB e aos Estados sul-americanos, assumiram papel relevante na construção de relações de cooperação ou conflito, desafiando os pressupostos materialistas oferecidos pelas abordagens dominantes. Em ambos os casos abordados, destacou-se como as comunidades epistêmicas mostram-se aptas a formular novas interpretações e representações da realidade social, tendo em vista suas posições privilegiadas no processo de construção de ameaças, além de mostrarem-se capazes de criar significações e práticas compartilhadas, de modo a fortalecer os vínculos entre as unidades e modificar as formas de interação, podendo contribuir, em um segundo momento, para a construção de dispositivos pacíficos.

No mesmo passo, as comunidades de segurança se viabilizam conforme mecanismos de cooperação institucionalizados. A cooperação imprime um forte papel na criação de identidades compartilhadas e na identificação de valores que encontrem sinergia entre as partes, operando como uma força capaz de alterar o comportamento e as visões dos Estados em última instância.

Por meio do breve estudo de caso realizado em torno das relações entre Índia e Paquistão no que concerne à questão hídrica, constatou-se que, a percepção das enchentes como uma ameaça comum, possibilitou certo grau de coordenação política entre Estados que, historicamente, têm adotado um padrão de interação hostil. Percebeu-se, portanto, que a consciência acerca de interesses e valores comuns, potencializada pela ação da comunidade epistêmica, permitiu a elevação da frequência de interações

entre as partes, gerando novas percepções compartilhadas. Nada obstante, em momentos em que tais nações optam por agir de forma individual e adotar comportamentos desviantes em relação aos acordos estabelecidos, foram adotadas formas de interação mais conflituosas.

No mesmo sentido, a análise das relações estabelecidas entre a Argentina e o Reino Unido, após o conflito militar de 1982, evidenciou como a alternância de poder no Estado sul-americano possibilitou uma transformação nas percepções e nos interesses das partes de modo a produzir formas de interações distintas. Enquanto os governos que buscaram elevar o número de interações entre a Argentina e as Falklands acabaram por criar um ambiente propício à cooperação, aqueles que optaram por adotar uma política de confrontação e isolamento acabaram por reforçar identidades excludentes, criando, logo, modelos de interação mais conflituosos.

Finalmente, tentou-se demonstrar como o alinhamento dos países sul-americanos à causa Argentina, aliada à observação de uma estrutura de governança hemisférica - constituída por meio de mecanismos de integração regional como o Mercosul e a UNASUL - permitiram a categorização da região como uma comunidade de segurança pluralística, tendo em vista a coexistência entre Estados soberanos e a expectativa compartilhada de transformações internas pacíficas (ADLER; BARNETT, 1998, p. 30).

## **REGIONAL SECURITY, EPISTEMIC COMMUNITIES AND COOPERATION IN THE SOUTH ATLANTIC: THE FALKLANDS/MALVINAS CASE IN COMPARATIVE PERSPECTIVE**

### **ABSTRACT**

---

The present article contributes to the constructivist analytical literature on international security through a constructivist view through the operationalization of the concept of epistemic communities. The study aims to explore the link between these communities - in view of its potential influence on the creation of appropriate conduct expectations and peaceful change in states relations -

and regional security approaches. After analyzing the theoretical approaches in question, it briefly present the case study of India and Pakistan, whose hostilities have been alleviated from epistemic community activities which tried to avoid natural disasters caused by the floods in Indus River. Finally, the article realizes a comprehensive analysis of the Falklands/Malvinas case, demonstrating the role of epistemic and technical cooperation in the creation of an inclusive security community in South Atlantic.

**Keywords:** security communities; regional security complexes; epistemic communities; Falkland/Malvinas Islands.

## REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Orgs.). *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ADLER, Emanuel; HAAS, Peter. Conclusion: epistemic communities, world order and the creation of a reflective research Program. *International Organization*, v. 46, n. 1, p. 367-390, Winter, 1992.

AGREEMENT of 14th July 1999. Disponível em: <<http://fiassociation.com/shopimages/pdfs/8.%201999%20Joint%20Statement.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

BERNAL-MEZA, Raúl. Política exterior Argentina: de Menem a de La Rúa. Hay una nueva política? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 74-93, 2002.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers: the Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Japp de. *Security: a new framework for analysis*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAPLAN, Sergio; EISSA, Sergio. Malvinas en la Política Exterior Argentina: una visión estratégica. Artículo de Investigación 003, *Grupo de Estudios Internacionales Contemporaneos*, 2014.

CARIBBEAN COMMUNITY SECRETARIAT. *Declaration of Havana on the Occasion of the Fifth CARICOM-Cuba Summit*. 8 Dec. 2014. Disponível em: <[http://www.caricom.org/jsp/pressreleases/press\\_releases\\_2014/pres276\\_14.jsp](http://www.caricom.org/jsp/pressreleases/press_releases_2014/pres276_14.jsp)>. Acesso em: 22 out. 2015.

CARIBBEAN COMMUNITY SECRETARIAT. *The Havana declaration on the thirtieth anniversary of the establishment of diplomatic relations between member states of the Caribbean Community and the Republic of Cuba*. 10 Dec. 2002. Disponível em: <[http://www.caricom.org/jsp/pressreleases/pres150\\_02.jsp](http://www.caricom.org/jsp/pressreleases/pres150_02.jsp)>. Acesso em: 22 out. 2015.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000.

DECLARAÇÃO ARGENTINO-BRITÂNICA SOBRE MALVINAS, 19 de outubro de 1989.

JOINT statement of 28 november 1990. Establishing the south atlantic fisheries commission. 1990. Disponível em: <<http://fiassociation.com/shopimages/pdfs/6.%201990%20Joint%20Statement%20on%20the%20Conservation%20of%20Fisheries.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

DECLARACION conjunta cooperacion sobre actividades costa afuera em el Atlantico Sudoccidental. 27 Oct. 1995. Disponível em: <[https://www.mrecic.gov.ar/userfiles/documentos-malvinas/1995\\_-\\_declaracion\\_conjunta\\_hidrocarburos\\_\\_denuncia\\_2007.pdf](https://www.mrecic.gov.ar/userfiles/documentos-malvinas/1995_-_declaracion_conjunta_hidrocarburos__denuncia_2007.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2015.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE 28 NOVEMBRO 1990. Disponível em: <<http://fiassociation.com/shopimages/pdfs/6.%201990%20Joint%20Statement%20on%20the%20Conservation%20of%20Fisheries.pdf>> Acesso em: 4 de nov 2015.

DEUTSCH, Karl W. Security Communities. In: ROSENAU, James. (Org.). *International Politics and Foreign Policy*. New York: Free Press, 1961.

DEUTSCH, Karl W. et al. *Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the light of historical experience*. Princeton: Princeton University, 1957.

DODDS, Klaus. Stormy waters: Britain, the Falklands Islands and UK-Argentine Relations. *International Affairs*, v. 88, n. 4, p. 683-700, 2012.

DODDS, Klaus; MANÓVIL, Lara. Back to the future? implementing the Anglo-Argentine 14th July 1999 Joint Statement. *Journal of Latin America Studies*, v. 33, n. 4, p. 777-806, nov. 2001.

EZZAT, Dina. Israel-Egypt: Peace treaty not peace. *Al-Ahram Online*. 28 Mar 2014. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/97725/Egypt/Politics-/IsraelEgypt-Peace-treaty-not-peace.aspx>>. Acesso em: 30 out. 2015.

INNOVATION Strategy. Falkland Islands Development Corporation, Falkland Islands, [200-]. Seção Projects. Disponível em: <<http://www.fidc.co.fk/projects/innovation-strategy>>. Acesso em: 30 out. 2015

FALKLAND ISLANDS DEVELOPMENT CORPORATION [FIDC] "Innovation Strategy". Disponível em: <<http://www.fidc.co.fk/projects/innovation-strategy>> Acesso em: 30 de out. 2015

OIL and Gas Scheme. Falkland Islands Development Corporation, Falkland Islands, [200-]. Seção Projects. Disponível em: <<http://www.fidc.co.fk/projects/oil-and-gas-scheme>>. Acesso em: 30 out. 2015.

FALKLAND ISLANDS GOVERNMENT. *Fisheries*. [c2012]. Disponível em: <<http://www.falklands.gov.fk/self-sufficiency/commercial-sectors/fisheries/>> Acesso em: 06 nov. 2015.



FUCCILLE, Alexandre. The defence culture's metamorphosis in the South America: between puerility and maturity. In: BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION CONGRESS, 12., 2014, London. *Proceedings...* Providence, RI: BRASA, 2014. Disponível em: <[http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_XII/Proceedings/Alexandre%20Fuccille%20-%20The%20defence%20culture%27s%20metamorphosis%20in%20the%20South%20America.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XII/Proceedings/Alexandre%20Fuccille%20-%20The%20defence%20culture%27s%20metamorphosis%20in%20the%20South%20America.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2015.

HAAS, Peter. Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, v. 46, n. 1, Winter, 1992.

HAMEED, Sadika. *Prospects for Indian-Pakistani Cooperation in Afghanistan*. Washington: Centre for Strategic and International Studies, 2012.

HAMEED, Sadika; HALTERMAN, Julie. *Regional Dynamics and Strategic Concerns in South Asia*. Background Paper. Washington: Centre for Strategic and International Studies, 2012.

HURRELL, Andrew. An Emerging Security Community in South America?. In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. (Orgs.). *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University, 1998.

KAMIONSKI, Hanna. Egyptian and Israeli trade cooperation exhibited in New York City. *Israel Trade & Economic Office*, New York, NY, 22 Jan. 2014. Disponível em: <<http://itrade.gov.il/us-ny/2014/01/22/egyptian-israeli-trade-cooperation-celebrated-new-york-city/#sthash.TWYMcFKB.wxBK1pZ2.dpuf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

MANDHANA, Niharika. Water wars: why India and Pakistan are Squaring off over their rivers. *Time*, 16 Apr. 2012. Disponível em: <<http://content.time.com/time/world/article/0,8599,2111601,00.html>>. Acesso em: 30 out. 2015.

DECLARAÇÃO oficial dos presidentes dos Estados Parte do MERCOSUL e Estados Associados sobre as Malvinas. Foz do Iguaçu, 17 dez. 2010. Disponível em: <[https://www.mrecic.gov.ar/userfiles/documentos-malvinas/mcs\\_2010\\_-\\_foz\\_do\\_iguacu.pdf](https://www.mrecic.gov.ar/userfiles/documentos-malvinas/mcs_2010_-_foz_do_iguacu.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Resolução 2065, 1965. Disponível em: <resoluciondoc/RESOLUTION/GEN/NR0/218/28/IMG/NR021828.pdf?OpenElement> Acesso em: 3 nov. 2015.

PALERMO, Vicente. Falklands/Malvinas: in search of a common ground. *Political Insight*, v. 3, n. 1, p. 18-19, 2012.

PECEQUILO, Cristina; CARMO, Corival Alves. *O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

RAVISHANKAR, Siddharth. Cooperation between India and Pakistan after Natural Disasters. Stimson, Washington, 09 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.stimson.org/spotlight/cooperation-between-india-and-pakistan-after-natural-disasters>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

SOUTH ATLANTIC ENVIRONMENTAL RESEARCH INSTITUTE. About SAERI. C2013. Disponível em: <<http://south-atlantic-research.org/about-us/about-saeri>>. Acesso em: 30 out. 2015.

ISRAEL reabre embaixada no Egito 4 anos após ataque. UOL, 9 set. 2015. Seção Notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2015/09/09/israel-reabre-embaixada-no-egito-4-anos-apos-ataque.htm>>. Acesso em: 30 out. 2015.

ZAWAHRI, Neda A. India, Pakistan and cooperation along the Indus river system. *Water Policy*, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2009.

Recebido em: 17/11/2015

Aceito em: 09/02/2016